

Pedagogía y Saberes

Pedagogía y Saberes

ISSN: 0121-2494

pedagogiaysaberes@gmail.com

Universidad Pedagógica Nacional

Colombia

Fernandes dos Santos, André Vitor; Serra Ferreira, Marcia
História da disciplina escolar Educação ambiental em Armação dos Búzios, RJ: entre
necessidades e condições de emergência de uma inovação curricular
Pedagogía y Saberes, núm. 42, enero-junio, 2015, pp. 153-165
Universidad Pedagógica Nacional
Bogotá, Colombia

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=614064638013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

História da disciplina escolar Educação ambiental em Armação dos Búzios, RJ:

entre *necessidades* e condições de emergência de uma *inovação* curricular

Historia de la disciplina escolar Educación ambiental en el municipio de Armação dos Búzios, RJ: entre la *necesidad* y las condiciones de emergencia de una *innovación* curricular

History of Environmental Education as a School Subject in the City of Armação dos Búzios, RJ: Between *Needs* and Conditions of Emergence of a Curricular *Innovation*

André Vitor Fernandes dos Santos^{*}
Marcia Serra Ferreira^{**}

^{*} Mestre em Educação. Aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRJ e Pesquisador-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Email: andrevfsantos@gmail.com

^{**} Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, coordena o Grupo de Estudos em História do Currículo, no âmbito do Núcleo de Estudos de Currículo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEC/UFRJ). É bolsista de produtividade (PQ2) do CNPq e jovem cientista do estado do Rio de Janeiro (JCNE/Faperj). Email: marciaserra.f@gmail.com

Resumo

Neste trabalho, investigamos a emergência da disciplina escolar Educação Ambiental no município de Armação dos Búzios, Rio de Janeiro, Brasil, entre 2006 e 2007. Focalizamos os discursos que produziram a *necessidade* de disciplinarização da temática ambiental, assim como as condições de emergência desse artefato. Articulando a História do Currículo e das Disciplinas com as Políticas de Currículo, a Historiografia Contemporânea e as Teorizações Sociais do Discurso, buscamos compreender essa emergência como uma *inovação* curricular que, no diálogo com as tradições disciplinares, passou a regular o que podia (ou não) ser considerado Educação Ambiental naquele espaço-tempo específico.

Palavras chave

currículo; história das disciplinas; disciplina escolar Educação Ambiental

Resumen

En este trabajo, investigamos la aparición de la disciplina escolar de Educación Ambiental en el municipio de Armação dos Búzios, Rio de Janeiro, Brasil, entre 2006 y 2007. Nos centramos en los discursos que producen la *necesidad* de disciplinarización de los temas ambientales, así como las condiciones de emergencia de este artefacto. Articulando la Historia del Currículo con la Política de Currículo, Historiografía Contemporánea y las Teorías Sociales del Discurso, entendemos esta aparición como una *innovación* curricular que, en diálogo con las tradiciones disciplinares, comenzó a regular lo que podría (o no) considerarse Educación Ambiental en que el espacio-tiempo particular.

Palabras clave

currículo; historia de las disciplinas escolares; disciplina escolar de Educación Ambiental

Abstract

This article shows the result of a research on the birth of Environmental Education as a school subject matter in the municipality of Armação dos Búzios, Rio de Janeiro, Brazil, in 2006-2007. It focuses around the analysis of discourses produced as a result of both the *need* to turn environmental issues into disciplines, and the conditions under which this artifact emerged. There is an articulation of the history of the curriculum with its politics, contemporary historiography and the social theories of discourse, in order to understand this appearance as a curriculum *innovation* that, along with disciplinary traditions, determined what could (or not) be taken as environmental education in a particular space-time.

Key words

Environmental education, curriculum, history of school disciplines, innovation

Fecha de recepción: Marzo 27 de 2015

Fecha de aprobación: Junio 19 de 2015

Introdução

Neste texto, investigamos a emergência da disciplina escolar Educação Ambiental, no tempo presente —isto é, entre 2006 e 2007—, em um contexto específico: a rede municipal de ensino de Armação dos Búzios, no estado do Rio de Janeiro, Brasil¹. Interessa-nos, especialmente, analisar os variados discursos que produziram uma *necessidade* de disciplinarização da temática, assim como as condições de emergência do artefato, significando-o como uma *inovação* curricular. No diálogo com Goodson (1990, 1995 e 1997) e Popkewitz (1994 e 2001), buscamos refletir acerca de como, nos currículos escolares disciplinarizados, determinadas *novidades* ganham força em momentos históricos específicos, ressignificando antigas formas de ensinar e aprender na *invenção* de outras tradições (Hobsbawm, 2002)². Afinal, temos compreendido “os currículos como construções sócio-históricas que produzem e hegemonizam significados sobre quem somos e sobre aquilo que sabemos” (Ferreira, 2014, p. 187) e, nesse movimento:

Os conhecimentos que vimos ensinando nas disciplinas escolares não constituem uma coleção *estática e neutra* de elementos da cultura, tendo sido *naturalmente* selecionados por meio de critérios exclusivamente epistemológicos. Diferentemente, os currículos são produções culturais que, de acordo com Popkewitz (1994, p. 174), “constituem formas de regulação social, produzidas através de estilos privilegiados de raciocínio”. Eles participam, portanto, das lutas mais amplas em torno das definições de quais conhecimentos e racionalidades devem ser considerados *válidos* socialmente, em um movimento que necessariamente envolve relações de poder (Ferreira, 2014, p. 187, *grifos da autora*).

1 Esse artigo revisita a dissertação de mestrado do primeiro autor (Santos, 2010), em meio ao quadro teórico que tem sido delineado nos projetos de pesquisa *Sentidos das relações entre teoria e prática em cursos de formação de professores em Ciências Biológicas: entre histórias e políticas de currículo e Reformas em curso na formação de professores em Ciências Biológicas: significando a inovação curricular no tempo presente*, ambas coordenadas pela segunda autora, com financiamento do CNPq e da Faperj.

2 Tomamos de empréstimo a noção de *tradição inventada* que é definida por Hobsbawm (2002, p. 9) como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”.

Tal produção se insere em um conjunto de estudos que vimos produzindo no *Grupo de Estudos em História do Currículo*, no âmbito do *Núcleo de Estudos de Currículo* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEC/UFRJ), focalizando a história de currículos ou disciplinas científicas (Fonseca, Torres, Vilela & Ferreira, 2013; Jaehn, 2011; Jaehn & Ferreira, 2012), acadêmicas (Fernandes, 2012, 2013; Ferreira & Gabriel, 2008; Ferreira, Santos & Terreri, 2014; Ferreira, Sousa & Casariego, 2013; Fonseca, 2008, 2013, 2014a, 2014b; Lucas, 2014; Matos, 2013; Matos & Ferreira, 2012; Terreri, 2008; Terreri & Ferreira, 2013; Torres, 2009; Viana et al., 2012, 2013; Viana, 2014; Viana & Munford, 2014) e escolares (Araruna, 2009; Assis, 2014; Ferreira, 2005, 2007, 2013b, 2014; Ferreira, Martins & Abelha, 2010; Oliveira, 2009; Roquette, 2011; Santos, 2010; Sobreira, 2012, 2013; Valla, 2011, 2013; Vilela, 2013a, 2013b). Neles, temos experimentado colocar em diálogo uma noção *construcionista* (Goodson, 1995 e 1997) – que entende o currículo como uma produção sóciohistórica no qual se *inventam* tradições (Hobsbawm, 2002) – com as Políticas de Currículo (Ball & Bowe, 1992) que têm sido elaboradas no tempo presente (Gabriel, 2012). Nesse movimento, temos nos aproximado das Teorizações Sociais do Discurso, com destaque para os trabalhos desenvolvidos por Michel Foucault. É nesse sentido que, ao lado de Thomas Popkewitz (1994 e 2001), temos buscado compreender esse processo como uma *prática discursiva* (Foucault, 2012) que vem historicamente regulando os nossos modos de ensinar e de ser professores na sociedade.

Entendemos que assumir os currículos e as disciplinas, em todos os níveis de ensino, como *tradições inventadas* significa investir em estudos que focalizem as *inovações* e mudanças em meio às estabilidades curriculares (Goodson, 1997; Ferreira, 2005 e 2007), dando luz tanto às iniciativas bem sucedidas quanto àquelas que fracassaram na tentativa de fixar, ainda que contingencialmente, aquilo que consideramos o *bom* ensino. Significa, também, prestar a atenção nos conteúdos e métodos de ensino que vieram sendo escolhidos em detrimento de outros, assim como nas regras historicamente produzidas para sustentar tais escolhas. Afinal, de acordo com Goodson (1995), tudo “isto faz parte da história da *boa* sala de aula ou da *melhor* escola, pois esta é a história de como [...] determinada série de objetivos foi estabelecida e inserida no currículo como uma espécie de relíquia. Em síntese, houve anteriormente uma luta para fazer crer que determinada versão de escola deveria ser considerada *boa*” (Goodson, 1995, p. 28, *grifos do autor*).

Nessa perspectiva, adotamos uma noção de *inovação* curricular que não se constitui como sinônimo de reforma e, nesse sentido, que não se define por um

rompimento com um passado tradicional e/ou antigo a ser, obrigatoriamente, superado. Diferentemente, percebemos que os processos geradores de mudanças nos currículos ocorrem em permanente disputa com aqueles que visam à manutenção de certas tradições, o que significa entender que “a estabilidade e a mudança nos currículos escolares não são processos excludentes, mas que, ao contrário, em certos casos são exatamente as modificações geradas pela incorporação de certas *inovações* que colaboram para a estabilidade das diferentes disciplinas escolares” (Ferreira, 2005, p. 6, *grifo da autora*).

No caso desse trabalho, tomamos a emergência de um componente curricular específico —a disciplina escolar Educação Ambiental—, em um contexto histórico particular, com vistas a entender condições e enunciados que permitiram a emergência dos discursos que resultaram na formulação do referido artefato. Assim, sem elaborar julgamentos acerca da pertinência ou não da disciplina escolar, interessamos sobretudo, entender as razões que produziram a disciplinarização da temática em um espaço-tempo diferenciado de componentes tradicionalmente presentes nos currículos da educação básica, tais como as disciplinas escolares Ciências e Biologia. Afinal, julgamos ser importante olhar para este processo buscando superar uma visão muito comum entre educadores ambientais de que as estruturas disciplinares são necessariamente ‘engessadoras’ e limitantes do exercício de uma Educação Ambiental crítica na escola³.

A construção dos dados desta investigação

Buscamos compreender como ocorreu a emergência da disciplina escolar Educação Ambiental no município de Armação dos Búzios e, para tal, realizamos uma investigação que articula elementos da História do Currículo e das Disciplinas (Goodson, 1990, 1995 e 1997; Ferreira, 2005 e 2007; Popkewitz, 1994 e 2001) com aspectos das Políticas de Currículo (Ball & Bowe, 1992). Procuramos evidenciar a produção de políticas curriculares em um *contexto de produção* específico – a Secretaria Municipal de Educação de Armação dos Búzios –, compreendendo que nessa arena há a circulação de discursos elaborados em outros contextos como, por exemplo, o *contexto da prática* (Ball & Bowe, 1992). A finalidade desse trabalho foi construir, então, *uma* história da disciplina escolar Educação Ambiental que se situa em um contexto histórico particular, o que inclui, entre outros aspec-

tos, as características do município em questão. Tais características, que compreendem aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, propiciaram as condições de possibilidade para que determinados enunciados relacionados à Educação Ambiental e à sua disciplinarização emergissem naquele dado momento histórico. Essas condições nada mais são que *regras de formação* (Foucault, 2012) a que estão submetidos os objetos de uma determinada *prática discursiva*; em outras palavras, são essas condições que possibilitaram, no período investigado, que os discursos sobre Educação Ambiental assumissem uma força tal que puderam ocupar um espaço-tempo específico na grade curricular.

Assumindo que as disciplinas escolares são construções sociais especificamente produzidas no e para o espaço escolar (Forquin, 1993), nossa análise privilegiou os significados que este artefato veio assumindo, ao longo do tempo, em meio aos diálogos com outros discursos. Ao investigar a sua emergência entre 2006 e 2007, operamos com uma noção de história que toma o presente para significar o passado e o futuro de modo articulado. Afinal, concordamos com Gabriel (2012, p. 203, *grifos da autora*) quando a autora defende a “necessidade de *partir do presente* ao invés de *correr atrás dele* como ponto de chegada”. Isso significa que assumimos a disciplina escolar Educação Ambiental como uma produção discursiva que emerge, no tempo presente, em meio a um ciclo contínuo de políticas (Ball & Bowe, 1992). Demos especial destaque às políticas que foram produzidas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, entendendo essa esfera como constituinte do *contexto de produção* (Ball & Bowe, 1992).

Para nossa análise, baseamo-nos nas recomendações de Moreira (1994) no sentido de ampliar e diversificar as fontes de estudo, de modo a evitar o risco de explicações reducionistas sobre o processo em foco. No diálogo com a abordagem do ciclo de políticas proposta por Ball & Bowe (1992), seguimos as recomendações de Mainardes (2006) para as análises do *contexto de produção* investigado, optando pelo uso de documentos escritos em articulação com a realização de entrevistas. Valorizamos, assim, os enunciados trazidos por diferentes profissionais que ocupavam os mais diversos cargos dentro da estrutura da secretaria e que estiveram, de alguma forma, envolvidos na concepção e na implementação da disciplina escolar em foco. Foi nesse sentido que optamos por entrevistar aqueles atores que ocuparam posições de sujeito específicas, isto é, que estiveram diretamente envolvidos na concepção e implementação da disciplina escolar investigada. Nesse movimento, foram realizadas as seguintes entrevistas semi-estruturadas:

3 Para um aprofundamento nesse debate, ver, por exemplo, Oliveira (2007).

com uma funcionária da Divisão de Projetos; com a então Secretária Municipal de Educação; com o coordenador da disciplina escolar Educação Ambiental no ano de 2007; uma entrevista coletiva da qual participaram a dirigente do Departamento Educacional da Secretaria, a chefe da Divisão de segunda a quarta séries desse Departamento e o coordenador da disciplina no ano de 2008. Nosso roteiro abordou aspectos como: o envolvimento dos diversos atores sociais que participaram do processo de constituição da disciplina escolar; como ela emergiu, em meio as quais discursos e contextos; que diálogos estabeleceu com outras políticas curriculares e, em especial, com as escolas do município etc.

Nesse sentido, embora tenhamos aqui privilegiado os textos das entrevistas, utilizamos também um conjunto de fontes diversificadas, as quais incluem: (i) estudos sobre a constituição do município; (ii) documentos produzidos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, como as Matrizes Curriculares empregadas em dois momentos históricos distintos, os relatórios anuais elaborados pelos professores e que avaliam o trabalho com a disciplina escolar, e documentos que circularam, na secretaria, entre os professores e no Conselho Municipal de Educação; (iii) documentos produzidos no âmbito do Conselho Municipal de Educação, como o parecer que autoriza a alteração da Matriz Curricular, com a inclusão da disciplina escolar. Todas as fontes foram tratadas como textos curriculares que nos permitiram acessar as disputas que foram travadas, no período em questão, por significar a Educação Ambiental em meio a tradições disciplinares distintas. As duas próximas seções analisam essas fontes, então, com vistas a perceber como foi produzida, historicamente, a *necessidade* e as condições de emergência da Educação Ambiental como disciplina escolar no município.

Discursos que produzem a *necessidade* da Educação Ambiental como disciplina escolar

Os discursos que justificaram a emergência da disciplina escolar Educação Ambiental em Armação dos Búzios, entre 2006 e 2007, foram elaborados no diálogo com a história de constituição do município. Afinal, antes mesmo da sua emancipação, que ocorreu em 1995, o município veio se constituindo em meio a duas vocações econômicas principais. A primeira delas refere-se ao turismo, já que Armação dos Búzios é conhecido internacionalmente por suas belezas naturais, ainda que sofra uma série de impactos ambientais associados à ocupação desordenada do

espaço urbano (Barbosa, 2003). A segunda vocação diz respeito à pesca artesanal que, de acordo com Paiva (2004), até a década de 1990, era amplamente praticada no município, tendo sido crescentemente impactada pela intensificação do turismo a partir dos anos de 1980. Entendemos que ambas as vocações econômicas do município vieram historicamente fomentando a *necessidade* de valorização da Educação Ambiental por meio da criação de uma disciplina escolar. Afinal, de acordo com depoimento da Secretária de Educação da época:

O fato de trazer essa *novidade* para o município, com a implantação da Educação Ambiental e outras disciplinas, que nós também implantamos, foi pela peculiaridade do próprio município. Quando nós viemos para cá, nós viemos no sentido de ousar, não é? [...] A gestão de uma forma inovadora e a gente queria ousar e trazer melhorias para o município (*grifo nosso*)⁴.

Tal *novidade* foi implantada em uma rede municipal que contava com dezesseis unidades escolares. No que refere especificamente à disciplina escolar Educação Ambiental, uma de nossas entrevistadas, que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação⁵, relata que a sua emergência não foi precedida de discussões e/ou de um maior envolvimento de outros atores externos à estrutura organizacional da secretaria. Percebemos, no entanto, que já havia no município a intenção de se implementar mudanças no tratamento recebido pela Educação Ambiental no currículo escolar. Afinal, conforme consta no Parecer do Conselho Municipal de Educação⁶, que autoriza a alteração da Matriz Curricular do Ensino Fundamental⁷, uma das justificativas para a implementação dessa disciplina escolar era o fato de constar nas metas do plano de governo da gestão municipal a inclusão do *ensino de Educação Ambiental* nos currículos. Como veremos a seguir, a criação de uma disciplina escolar sobre o tema foi também alimentada por enunciados que emergem do contexto da prática.

Um desses enunciados refere-se às críticas que a abordagem transversal da temática ambiental na

4 Entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

5 Entrevista realizada em 29 de outubro de 2008.

6 Parecer do Conselho Municipal de Educação nº. 07/2006, de 20 de dezembro de 2006.

7 O parecer autorizou a inclusão das disciplinas de *Educação Ambiental* e de *Estudos Afros* para as 2ª, 3ª e 4ª séries, de *Língua Estrangeira – Inglês* para a 4ª série, no primeiro segmento, e de *Educação Ambiental* e *Estudos Afros* na 5ª e 6ª séries, *Filosofia* e *Língua Estrangeira – Espanhol* nas 7ª e 8ª séries, no segundo segmento do Ensino Fundamental.

escola veio recebendo tanto nas produções acadêmicas quanto nas instituições de ensino da educação básica. Ele evidencia uma percepção de que a atribuição difusa da responsabilidade do trabalho com a temática acaba por resultar em uma não assunção da Educação Ambiental por qualquer componente curricular. Isso traz como consequências possíveis a não realização de atividades sobre a temática, a realização de ações pontuais ou isoladas e/ou a falta de controle sobre as iniciativas de Educação Ambiental na escola. Reafirmando essa questão, a mesma entrevistada anteriormente mencionada, que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação, declara que, antes da implementação da disciplina escolar Educação Ambiental, não havia um trabalho consolidado sobre a temática no município. Nesse contexto, a Educação Ambiental da qual se tinha relatos estava, muitas vezes, associada a projetos ou a eventos pontuais, tal como o 'Dia do Meio Ambiente'⁸. Outra entrevistada, que chefiava o Departamento Educacional, ao qual pertencia a Divisão de Projetos, reforça tal impressão ao afirmar que as notícias do município sobre trabalhos com a temática estavam restritos a eventos e datas comemorativas, tais como o 'Dia do Meio Ambiente' e o 'Dia da Árvore', em abordagens muitas vezes pontuais e pouco duradouras⁹.

Nesse movimento, ainda que a disciplinarização da temática seja objeto de grandes questionamentos no universo acadêmico¹⁰, a criação da disciplina escolar Educação Ambiental foi enunciada como uma *inovação curricular*, uma vez que não havia relatos de experiências específicas sobre o tema em Armação dos Búzios. Afinal, para a entrevistada que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação:

Não tinha nada que se aproximasse da disciplina [Educação Ambiental]. Nem na [disciplina escolar] Geografia e [na disciplina escolar] Ciências, que se aproximam mais; também não existia nenhum trabalho específico nessas disciplinas ligado à Educação Ambiental. Era, normalmente, ligado a datas comemorativas e algumas ações pontuais dentro do município¹¹.

Ao reconhecer que grande parte das ações de Educação Ambiental ocorria em projetos desenvolvidos no âmbito das disciplinas escolares já tradicionalmen-

te consolidadas nos currículos escolares, a entrevistada adensa as críticas a uma Educação Ambiental difusa. Seu discurso de defesa de uma disciplina escolar específica para a abordagem da temática passa por questionamentos a um currículo de Educação Ambiental que se submete à lógica de componentes curriculares tradicionais, tais como as Ciências e a Geografia. Corroborando essa questão, Ferreira e Oliveira (2007) e Oliveira (2009) investigam relatos sobre Educação Ambiental de professores de Ciências e Biologia e percebem o quanto tais iniciativas estão, muitas vezes, inseridas em projetos vinculados a essas disciplinas escolares. Tal vinculação acaba por delegar a certos profissionais a tarefa de explorar a temática ambiental na escola, o que resulta na produção de significados que se submetem às lógicas disciplinares consolidadas. Nesse movimento, a produção de conhecimentos *típicos* da Educação Ambiental é subalternizada à lógica de produção de conhecimentos das disciplinas escolares tradicionais —tais como Biologia, Ciências e Geografia—, tendo que negociar com ela o seu espaço-tempo no currículo.

O depoimento do coordenador da disciplina escolar Educação Ambiental no município em 2007¹² reafirma a *necessidade* da mesma ao destacar que, quando a abordagem da temática é atribuída a todos os componentes curriculares, poucos são os docentes que realizam tal trabalho:

Poucos são os que trabalham [a temática ambiental], porque hoje em dia o professor tem duas, três matrículas, tem duas matrículas mais contrato, mais não sei o quê, então o professor acaba não dando conta. Não dá conta nem da vida dele, quanto mais da Educação Ambiental e dos temas transversais dos PCN. Então, acho que criando esse espaço, acho que ficou mais fácil de infiltrar a Educação Ambiental no meio formal, não é?

O depoimento anteriormente explicitado, ao defender a criação de um espaço-tempo específico no currículo para "infiltrar a Educação Ambiental no meio formal", questiona propostas de integração curricular, tais como os temas transversais trazidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental brasileiro¹³. Macedo (1999) argumenta

12 Entrevista realizada em 17 de novembro de 2008.

13 Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados no final da década de 1990 e tiveram por objetivo difundir os princípios da reforma curricular, servindo como uma referência curricular para os docentes que atuam em todo o território nacional. Além das áreas de conhecimento que abarcavam os componentes curriculares tradicionalmente presentes, os parâmetros trouxeram os temas transversais que envolviam questões relativas a ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente, trabalho e consumo e pluralidade cultural.

8 Como declara a servidora que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação em entrevista realizada em 28 de outubro de 2008.

9 Entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

10 Uma abordagem mais aprofundada sobre esse aspecto pode ser encontrada no trabalho de Lima e Ferreira (2010).

11 Entrevista realizada em 28 de outubro de 2008.

que a lógica imposta por tais documentos, ao invés de questionar, fortalece a estrutura disciplinar tradicional, uma vez que submete os temas transversais —dentre os quais o *meio ambiente*— ao formato curricular já existente. Essa forma de conceber o currículo, como atestam os nossos entrevistados¹⁴, acaba por deixar de lado a abordagem dos temas transversais, uma vez que eles são secundarizados em relação aos conteúdos disciplinares. Tal enunciado ajudou a produzir, no período investigado, a *necessidade* de uma disciplina escolar específica para abordar a Educação Ambiental no município de Armação dos Búzios, uma vez que garantiria o espaço-tempo necessário ao trabalho com e sobre o tema na escola.

Tais enunciados se somam aos inúmeros discursos acerca das dificuldades profissionais dos professores da educação básica, os quais se referem à questão salarial, ao excesso de carga horária e ao deslocamento entre várias instituições de ensino, para dar alguns exemplos. Afinal, ao se criar uma disciplina escolar específica, ainda que tais dificuldades inviabilizem a realização de um planejamento mais fortemente integrado, passa a existir um docente com a explícita função de abordar a temática da Educação Ambiental na escola. Nesse contexto, além de todos os argumentos já explicitados, a *necessidade* de se criar a disciplina escolar Educação Ambiental foi igualmente fomentada por um conjunto de fatores externos que configuraram as condições de emergência do referido artefato. É sobre tais aspectos que passamos a falar na próxima seção.

Condições de emergência da disciplina escolar em Armação dos Búzios, RJ

Com a produção dessa *necessidade* de valorização da Educação Ambiental em Armação dos Búzios, uma disciplina escolar específica sobre a temática pôde emergir em meio a um conjunto de condições que propiciaram o cenário em que seria possível pensar a criação de tal artefato. Tais condições estiveram ligadas, portanto, tanto aos enunciados anteriormente mencionados, que possibilitaram que a discussão acerca da disciplinarização da temática entrasse na ordem do discurso pedagógico, quanto de condições externas a esse discurso e à própria Educação Ambiental como área de conhecimento. Assim, ainda que a referida *necessidade* justifique, em certa medida, a opção realizada pela Secretaria Municipal de

Educação no sentido de disciplinarizar a Educação Ambiental no ensino fundamental, evidenciamos que outros dois aspectos contribuíram de modo decisivo para a criação da disciplina escolar: (i) a existência de dispositivos legais que, naquele momento histórico, *obrigavam* o município a repensar a sua grade curricular; (ii) as disputas profissionais em torno de uma redução da jornada semanal de trabalho diretamente alocada em sala de aula.

No primeiro caso —aquele que se refere à existência de dispositivos legais que, naquele momento histórico, *obrigavam* o município a repensar a sua grade curricular—, destacamos o quanto a emergência da disciplina escolar Educação Ambiental ocorreu em meio às ações do município voltadas para o atendimento da Lei nº. 10.639 (2003), que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no país¹⁵. Para a entrevistada que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação, a existência de tal demanda envolveu as mais diversas instâncias do órgão em debates acerca do enriquecimento da matriz curricular do ensino fundamental, processo que resultou na criação de uma disciplina específica para o trabalho com a temática¹⁶. Nesse movimento, entendemos que foi produzida uma espécie de ‘brecha’ no currículo do município para o debate acerca da inserção de outras disciplinas escolares. Foi em meio a esse debate que ocorreu a entrada da Educação Ambiental, assim como a da Língua Estrangeira-Inglês, como disciplinas escolares ainda nas séries iniciais¹⁷. Todas essas disciplinas foram concebidas e introduzidas nas grades curriculares em meio a discursos de valorização da história, das riquezas e das vocações do município, promovendo retóricas voltadas para a preservação do ambiente, o desenvolvimento da cidade e o respeito pela população local.

No segundo caso —o que diz respeito às disputas profissionais em torno de uma redução da jornada semanal de trabalho diretamente alocada em sala de aula—, percebemos o quanto os resultados desse processo permitiram a abertura de espaços-tempos para outras disciplinas escolares. Afinal, de acordo com duas de nossas entrevistadas —a Secretária

15 Brasil. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (2003). *Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.*

16 A disciplina *Estudos Afros* cuja introdução na grade curricular foi autorizada pelo Parecer do Conselho Municipal de Educação nº. 07/2006, de 20 de dezembro de 2006.

17 Parecer do Conselho Municipal de Educação nº. 07/2006, de 20 de dezembro de 2006.

14 Como pôde ser verificado, por exemplo, no depoimento da profissional que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação em entrevista realizada em 28 de outubro de 2008.

de Educação¹⁸ e a professora atuante na Divisão de Projetos¹⁹—, a reivindicação dos professores acabou sendo atendida por meio de uma redução dos tempos semanais das disciplinas escolares Matemática e Português. Se, por um lado, todo esse processo gerou descontentamento nos professores das referidas disciplinas escolares, por outro lado, eles conquistaram a redução da jornada de trabalho pleiteada, em um movimento que abriu espaço para novas disputas em torno dos espaços-tempos que passaram a estar disponíveis. Afinal, houve a redução da carga horária dos professores, sem resultar disso qualquer alteração na carga horária a ser cumprida pelos estudantes. É o que destaca a Secretária de Educação de Armação dos Búzios à época, ao afirmar que:

Já havia uma aspiração dos professores pela redução da carga horária, porque era uma carga horária excessiva. Então, eu falei: é agora. O momento é agora. [...] Então reduzimos a carga horária do professor, que foi um ganho, era uma aspiração nossa. As pessoas depositavam essa confiança em mim, por estar trazendo essa ideia para cá. Reduzimos a carga horária da rede inteira e ajustamos essas [outras] disciplinas dentro da grade, com a aprovação do Conselho Municipal de Educação. E deu muito certo, não é?²⁰

Foi em meio a tais condições que a disciplina escolar Educação Ambiental conseguiu ingressar na grade curricular de Armação dos Búzios, sendo implementada, em 2006, em todas as turmas das escolas da rede municipal que ofereciam a antiga segunda série²¹. Nesse momento inicial, de acordo com uma de nossas entrevistadas²², a disciplina assumiu o caráter de “projeto”, uma vez que contava com espaço e tempo específicos na grade curricular mas não tinha o *status* de “disciplina”, estando ainda ligada à Divisão de Projetos²³. No ano seguinte —isto

é, em 2007—, a Educação Ambiental deixou de ser considerada “projeto” e adquiriu *status* diferenciado: como um “enriquecimento da matriz”, que era obrigatório na segunda a quarta séries, mas não possuía o poder de aprovação/reprovação dos estudantes; como “disciplina” de caráter obrigatório na quinta e sexta séries²⁴. Em ambos os formatos, esse componente curricular passou a estar subordinado às duas divisões do Departamento Educacional da Secretaria Municipal de Educação diretamente voltadas para o ensino fundamental²⁵, além de contar com um coordenador específico.

Isso não significa entender que as ações de Educação Ambiental apenas surgiram, no município de Armação dos Búzios, nesse momento histórico específico. Diferentemente, os próprios entrevistados²⁶ relataram a existência de iniciativas pontuais sendo empreendidas nas escolas, ainda que estas não tenham sido suficientes para que a rede reconhecesse a presença de uma Educação Ambiental escolar. Tais iniciativas, no entanto, não foram mapeadas pela Secretaria Municipal de Educação, com vistas a subsidiar a proposta de disciplinarização da temática, o que pode explicar, em parte, uma certa ambivalência dos professores da rede em relação a todo esse processo. Afinal:

No primeiro momento é tudo novidade, não é? E toda novidade já é recebida com os dois pés atrás [...] Então, no início, todo mundo fez meio, uma carinha de... Mas os professores dessas séries falavam assim: é uma hora a menos que eu trabalho [...]. Legal, então, ele foi uma pessoa a menos a atrapalhar dentro desse processo de gestação da disciplina. Então, a princípio, [ela] não foi muito bem recebida. Não vou dizer para você que foi assim, que todo mundo disse: nossa Educação Ambiental! Que legal! Tudo vai mudar!²⁷

Para a entrevistada que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação, no entanto,

seguinte, com a publicação do Parecer do Conselho Municipal de Educação nº. 07/2006, de 20 de dezembro de 2006, é que ela passa a ser considerada disciplina escolar, estendendo-se até a sexta série do Ensino Fundamental.

18 Entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

19 Entrevista realizada em 28 de outubro de 2008.

20 Entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

21 No ano de 2006, o ensino fundamental, que anteriormente era oferecido da 1ª à 8ª série, foi alterado pela Lei nº. 11.274 (2006) e passa a ter a duração para 9 (nove) anos. Assim, a antiga segunda série corresponde ao que hoje chamamos de terceiro ano do ensino fundamental.

22 Referimo-nos ao depoimento cedido pela profissional que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação em entrevista realizada em 28 de outubro de 2008.

23 Apesar de ter conquistado um espaço-tempo na grade curricular das turmas de segunda série do Ensino Fundamental, a Educação Ambiental não gozou, no ano de 2006, do status de disciplina, permanecendo subordinada à Divisão responsável por coordenar os projetos na rede municipal. Só no ano

24 Parecer do Conselho Municipal de Educação nº. 07/2006, de 20 de dezembro de 2006.

25 Referimo-nos à Divisão de 2ª a 4ª série e à Divisão de 5ª a 8ª série.

26 Referimo-nos aos depoimentos cedidos pela profissional que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação em entrevista realizada em 28 de outubro de 2008 e pela profissional que chefiava o Departamento Educacional da Secretaria Municipal de Educação em entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

27 Depoimento da Chefe do Departamento Educacional da Secretaria Municipal de Educação em entrevista realizada no dia 04 de novembro de 2008.

o fato de os professores terem sido beneficiados com a redução da carga horária contribuiu, de alguma forma, para amenizar as eventuais resistências à inserção de novos componentes curriculares²⁸. Nesse processo, já em 2006, a Educação Ambiental passou a contar com a atuação de uma professora com dedicação exclusiva à essa disciplina. Essa profissional, que era formada em uma Licenciatura nas Ciências Biológicas, já possuía um contrato de trabalho temporário com a Prefeitura, atuando, anteriormente, na disciplina escolar Biologia voltada para o ensino médio.

Assim, ainda que a disciplina escolar tenha surgido em Armação dos Búzios sendo significada como uma *inovação* curricular e, portanto, como um mecanismo que buscou promover, ao menos no âmbito da Educação Ambiental praticada nas escolas da rede, uma mudança curricular, a própria disciplina acaba por se constituir, também, em um dispositivo que promove estabilidade, em um processo no qual o discurso biológico regula essa *novidade*. Afinal, as tradições curriculares das disciplinas escolares Ciências e Biologia permaneceram fortemente presentes na *nova* disciplina escolar, uma vez que a mesma foi assumida por uma professora dessa área, que passou a veicular sentidos de Educação Ambiental que, como já mencionado (Oliveira & Ferreira, 2007; Oliveira, 2009), se apoiam fortemente nos seus currículos. Nesse movimento, certos conteúdos e temáticas que já possuíam espaço-tempo na grade curricular, ainda que tenham assumido outros enfoques e/ou objetivos, permaneceram regulando a disciplina escolar Educação Ambiental, conquistando ainda mais *status* e prestígio. É justamente os aspectos relacionados à constituição dos conhecimentos que compuseram essa disciplina escolar que passamos a abordar na próxima seção.

Disciplina escolar Educação Ambiental: a produção de uma *inovação* curricular

Apesar da aproximação já explicitada com as disciplinas escolares Ciências e Biologia, que historicamente vêm sendo ministradas no país por professores que possuem a mesma formação acadêmica, houve uma preocupação por parte da Secretaria Municipal de Educação em se fazer uma distinção entre estas e a *nova* disciplina escolar. Para tanto, como anteriormente mencionado, foi instituída, já em 2006, a figura do coordenador da mesma, um profissional responsável por orientar o trabalho do professor com os conteúdos que viriam a fazer parte do currículo. A Secretaria de Educação à época enfatizou que essa opção foi realiza-

da com o intuito de responder à resistência mostrada pelos docentes, que não percebiam em que medida o *novo* artefato se diferenciaria das demais disciplinas escolares²⁹. Nesse contexto, a função do coordenador seria a de definir a abordagem a ser dada aos conteúdos da disciplina escolar Educação Ambiental, além de garantir uma certa 'unidade' curricular em todas as escolas que compunham a rede municipal de Armação dos Búzios.

Inicialmente —isto é, no ano de 2006—, a disciplina escolar Educação Ambiental foi ofertada apenas às turmas de segunda série do ensino fundamental, com a função de coordenação sendo desempenhada pela mesma profissional que atuava na Divisão de Projetos da Secretaria Municipal de Educação. De acordo com ela, as dificuldades encontradas estiveram predominantemente ligadas ao fato de a disciplinarização da temática se tratar de um trabalho 'pioneiro', no qual as pessoas envolvidas não tinham conhecimento de qualquer outra experiência na qual pudessem se basear. Ela declara, ainda, que as primeiras discussões travadas entre ela e a professora regente centraram-se, predominantemente, na seleção dos conteúdos de ensino³⁰. Compreendendo esse processo em meio a disputas mais amplas por *status*, recursos e território (Goodson, 1995), percebemos o quanto tal seleção veio sendo regulada pelas tradições das disciplinas escolares Ciências e Biologia, valorizando certos conteúdos de ensino —como questões relacionadas à Ecologia, tais como o estudo da Biosfera e de componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas³¹— em detrimento de outros, como aqueles mais relacionados à uma Educação Ambiental crítica, vertente cujos discursos tem se hegemonizado no campo acadêmico. No caso investigado, evidenciamos o quanto as trajetórias pessoais, formativas e profissionais da coordenadora e da professora³² —com a primeira graduada em Pedagogia e a segunda nas Ciências Biológicas— as levam, a todo o momento, a travar disputas por significar que conteúdos de ensino deveriam fazer parte do currículo da disciplina escolar Educação Ambiental no município de Armação dos Búzios.

29 Entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

30 Entrevista realizada em 28 de outubro de 2008.

31 Matriz de Educação Ambiental – documento datado de 2007 produzido no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Armação dos Búzios.

32 A coordenadora, além de ser graduada em Pedagogia, participava, à época da criação da disciplina, de um curso de formação de educadores ambientais, além de cursar também uma pós-graduação em Educação Ambiental. A professora, por sua vez, já possuía larga atuação como docente da disciplina escolar Biologia no Ensino Médio.

28 Entrevista realizada em 28 de outubro de 2008.

Refletindo sobre esse processo, a responsável pelo Departamento Educacional da Secretaria Municipal de Educação afirma que, embora a temática da Educação Ambiental tenha sido exaustivamente discutida pelo grupo que estava encarregado da implementação do *novo* componente curricular, o processo não foi acompanhado da consolidação de uma matriz curricular e/ou ementa na qual constassem os conteúdos ‘básicos’ a serem abordados³³. Para ela, isso proporcionou uma relativa autonomia tanto para que a professora regente, como para que a então coordenadora, pudessem selecionar determinados conteúdos, metodologias e/ou abordagens de ensino. Nesse contexto, a professora regente optou por privilegiar atividades práticas, elegendo a temática ‘horta’ como um ponto de partida para o trabalho e para a construção de um ‘protótipo’ da matriz curricular, aspecto que fica explicitado na fala da coordenadora da disciplina escolar:

E aí ela [a professora] fazia o trabalho nas escolas e nós tínhamos um encontro mensal, onde ela me passava o trabalho que ela realizava [...] mas era pouco tempo, porque ela tinha as onze escolas e a carga horária dela era praticamente toda em sala de aula [...] A gente não tinha muito tempo. [...] Ela também não tinha muito tempo de encontro com a equipe da escola, equipe pedagógica. [...] Ela trazia a proposta: pensei em fazer isso. Então, os temas trabalhados, o conteúdo trabalhado era muito do que ela sentia com a turma, o que a turma trazia, a demanda da turma, [os] conhecimentos prévios. Em cima disso, ela ia montando o projeto de trabalho de 2006³⁴.

Se a disciplina escolar adquiriu, inicialmente, um caráter mais próximo às Ciências Biológicas e, mais especificamente, à Ecologia, no seu desenvolver, ela foi se aproximando das construções produzidas no campo da Educação Ambiental. Tal aspecto pode ser evidenciado, por exemplo, a partir da inclusão na matriz curricular de temas como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, consumo, desenvolvimento econômico e preservação ambiental, entre outros³⁵. Nesse sentido, a mesma entrevistada anteriormente citada — isto é, que atuava como coordenadora da disciplina escolar no âmbito da Divisão de Projetos — destaca a sua participação em um curso de formação de educadores ambientais como um fator que contribuiu para a constituição dessa matriz curricular da disciplina escolar

Educação Ambiental. Afinal, tal experiência possibilitou um contato mais próximo com alguns referenciais que têm constituído os discursos hegemônicos sobre o tema, advindos de uma Educação Ambiental crítica, ainda que esses, no documento oficial da disciplina escolar³⁶, fossem encontrados, muitas vezes, subordinados aos conteúdos relacionados com as tradições das disciplinas escolares Ciências e Biologia. Um exemplo dessa questão pode ser evidenciado no modo como a matriz aborda a diferença entre impactos ambientais e problemas ambientais em meio a uma unidade temática que trabalha, anteriormente, com conteúdos tais como biodiversidade, ecossistema, bioma e habitat. Essa mescla de orientações, que aparece na análise das fontes investigadas, é o tema que abordamos em nossas considerações finais.

Considerações Finais

A mescla de orientações que resultou na Matriz de Educação Ambiental e na consolidação da disciplina escolar no município de Armação dos Búzios possibilitou a emergência de enunciados próprios para esse artefato. Tomando de empréstimo a noção foucaultiana de *prática discursiva*, assumimos que todo dito é dito dentro de determinadas regras. Isso significa que, para certo enunciado entrar em uma determinada ordem do discurso, é necessário que ele atenda a um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2012, p. 144). Assumindo tal perspectiva, entendemos que a constituição da disciplina escolar Educação Ambiental no município em questão não pode ser compreendida como um mero processo de seleção e organização de elementos advindos de tradições distintas. Diferentemente, sua constituição envolveu o estabelecimento de regras que determinaram o que podia ou não ser considerado Educação Ambiental naquele espaço-tempo específico. Em meio a tais definições, a disciplina escolar foi sendo produzida entre discursos de tradições distintas.

Percebemos, assim, a constituição da disciplina escolar Educação Ambiental no município de Armação dos Búzios em meio à circulação de discursos em um ciclo contínuo de políticas (Ball & Bowe, 1992), no qual os enunciados puderam circular de um contexto a outro. Nesse movimento, foram ocorrendo deslizamentos de sentidos, os quais produziram *novos*

33 Entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

34 Entrevista realizada em 28 de outubro de 2008.

35 Matriz de Educação Ambiental – documento datado de 2007 produzido no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Armação dos Búzios.

36 Matriz de Educação Ambiental – documento datado de 2007 produzido no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Armação dos Búzios.

significados para o que passou a ser nomeado como Educação Ambiental em um formato disciplinar. Tal perspectiva nos permite olhar para as políticas educacionais entendendo-as como fruto de articulações e de reinterpretções que ocorrem em múltiplos contextos (Ball & Bowe, 1992), percebendo a política curricular formulada no referido município como uma política cultural que visa a orientar o trabalho docente, produzindo determinados ‘consensos’. Entendemos que tal movimento, contudo, não implica em um apagamento das diferenças, mas, pelo contrário, favorece uma heterogeneidade de discursos a disputar o ‘preenchimento’ daquilo que é (e o que não é) a disciplina escolar Educação Ambiental. Tal heterogeneidade é ainda mais evidente quando constatamos que, ao longo de 2007, ano em que a disciplina escolar atingiu um número maior de escolas e uma abrangência mais ampla de séries do ensino fundamental, observa-se uma diversificação bastante expressiva de abordagens sobre as temáticas ambientais trabalhadas, de seleções teóricas realizadas pelos docentes e de opções metodológicas para o trabalho no espaço-tempo disciplinar³⁷.

Essa heterogeneidade de discursos que produziu a disciplina escolar no município de Armação dos Búzios foi ainda ampliada pela extensão de sua oferta, como “enriquecimento da matriz” ou “disciplina”, no ensino fundamental³⁸. Entendemos que essa diferença de nomeação traduz uma ambivalência em torno da disciplina escolar Educação Ambiental que se refere ao poder da mesma na hierarquia dos currículos, subjetivando professores e estudantes. Gabriel, Ferreira e Monteiro (2008) destacam que o conceito de ambivalência, ao contrário de considerar como contraditórias as posições dos diversos sujeitos envolvidos, amplia as possibilidades de compreensão das potencialidades de produção de discursos contra-hegemônicos nas políticas de currículo. É nessa perspectiva que percebemos o quanto se apostou, no município de Armação dos Búzios, em uma Educação Ambiental que, a despeito das críticas à sua disciplinarização, teria um potencial integrador no currículo escolar.

Tal potencial refere-se, por exemplo, de acordo com uma de nossas entrevistadas, que atuava como chefe da Divisão da segunda a quarta séries³⁹, a uma capacidade da Educação Ambiental em promover, nas

séries subsequentes, uma integração de componentes curriculares já tradicionalmente apresentados de forma fragmentada nos currículos escolares. Outra entrevistada, que atuava como chefe do Departamento Educacional⁴⁰, justifica a inserção da disciplina escolar Educação Ambiental nessas mesmas séries argumentando que a fragmentação do conhecimento não resulta, necessariamente, da disciplinarização, mas da postura dos professores diante dos conhecimentos com os quais têm de lidar na escola. Segundo ela, o fato de o município ter optado por tal formato por nós chamado de ambivalente —qual seja, como “enriquecimento de matriz” no primeiro segmento e como “disciplina” no segundo segmento— tem relação direta com o modo como a escola tem, historicamente, lidado com a organização do conhecimento escolar nas diferentes etapas do ensino fundamental, já assumindo que o primeiro segmento teria uma perspectiva muito mais integradora que o segundo segmento. Tal ambivalência, no entanto, antes de enfraquecer a Educação Ambiental no currículo, acaba por colocá-la em posição estratégica, uma vez que a mesma pode cumprir diversas funções, em variados formatos.

Assim, ao ser considerada uma disciplina escolar, a Educação Ambiental passou a se enquadrar nessa tecnologia de organização curricular em que são controlados os sujeitos, os tempos, os espaços e os saberes. Entendemos, assim, que a disciplina escolar emerge com o objetivo de atender às demandas sociais do município, as quais se voltavam para uma ‘suposta’ necessidade de levar os alunos a reflexões acerca do meio ambiente. Destacamos, novamente, que estruturas semelhantes foram criadas para a inserção de outras temáticas no currículo escolar estudado. A capacidade que cada um desses componentes curriculares teve de se ‘transformar’, de modo mais efetivo, em disciplinas escolares, foge ao escopo desse trabalho. De qualquer modo, já nos sugere que suas distintas histórias possuem estreita relação com as comunidades disciplinares e epistêmicas que sustentam, ainda que provisoriamente, os discursos hegemônicos sobre cada uma dessas áreas.

Referências Bibliográficas

- Assis, V. (2014). *Currículo e distribuição social do conhecimento: investigando um pré-vestibular social no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Araruna, L. B. (2009). *Investigando ações de Educação Ambiental no currículo escolar*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

37 Conforme apresentado na Matriz Curricular de Educação Ambiental – documento datado de 2007 produzido no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Armação dos Búzios.

38 Parecer do Conselho Municipal de Educação nº. 07/2006, de 20 de dezembro de 2006.

39 Entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

40 Entrevista realizada em 04 de novembro de 2008.

- Ball, S. J. & Bowe, R. (1992). The policy processes and the processes of policy. In S. J. Ball, R. Bowe & A. Gold. *Re-forming education and changing schools: case studies in policy sociology*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Barbosa, K. C. (2003) *Turismo em Armação dos Búzios (RJ/Brasil): percepções locais sobre os problemas da cidade e diretrizes prioritárias de apoio à gestão ambiental*. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Brasil. (2006). Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.
- Fernandes, K. O. B. (2012). *Currículo de Ciências: investigando sentidos de formação continuada como extensão universitária*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Fernandes, K. O. B. (2013). Entre a História do Currículo e a História Cultural: possíveis diálogos para a elaboração de uma pesquisa acadêmica. In M. S. Ferreira, L. Xavier, F. G. Carvalho (Orgs.) *História do Currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. (1a ed.) Rio de Janeiro: Quartet/Faperj.
- Ferreira, M. S. (2005). *A História da Disciplina escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1980)*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Ferreira, M. S. (2007). Investigando os rumos da disciplina escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1970). *Educação em Revista*, 45, 127-144.
- Ferreira, M. S. (2013a). História do Currículo e das Disciplinas: apontamentos de pesquisa. In A. M. P. Favacho; J. A. Pacheco & S. R. Sales (Orgs.). *Currículo, conhecimento e avaliação: divergências e tensões*. (1a ed.) Curitiba: Editora CRV.
- Ferreira, M. S. (2013b). Currículo e docência no Colégio Pedro II: analisando as influências institucionais na definição dos rumos da disciplina escolar Ciências. In M. S. Ferreira, L. Xavier, F. G. Carvalho (Orgs.). *História do Currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. (1a ed.) Rio de Janeiro: Quartet/Faperj.
- Ferreira, M. S. (2014). Currículo e cultura: diálogos com as disciplinas escolares Ciências e Biologia. In A. F. Moreira, V. Candau (Orgs.). *Currículos, disciplinas escolares e saberes*. (1a ed.) Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, M. S. & Gabriel, C. T. (2008). Currículos acadêmicos e extensão universitária: sentidos em disputa. *ETD. Educação Temática Digital*, (9), 185-200.
- Ferreira, M. S., Martins, I. & Abelha, M. (2010) Políticas de currículo para o ensino da disciplina escolar Ciências: aproximações e distanciamentos entre Portugal e Brasil. In M. L. Tura & C. Leite. (Org.). *Questões de currículo e trabalho docente*. (1a ed.) Rio de Janeiro: Quartet/Faperj.
- Ferreira, M. S., Santos, A. V. F. & Terreri, L. (2014). Uma abordagem discursiva para investigar a relação entre teoria e prática nos currículos da formação de professores nas Ciências Biológicas. *Anais do XVII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE)*. Fortaleza, CE, Brasil.
- Ferreira, M. S., Sousa, B. G., Casariego, F. M. (2013). História do Currículo: investigando a formação inicial de professores nas Ciências Biológicas em instituições no estado do Rio de Janeiro. *Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)*. Águas Lindóia, SP, Brasil.
- Fonseca, M. V. R. (2008). *Entre especialistas e docentes: percursos históricos dos currículos de formação do pedagogo na FE/UFRJ*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Fonseca, M. V. R. (2013). Entre especialistas e docentes: percursos históricos dos currículos de formação do pedagogo na Faculdade de Educação da UFRJ. In M. S. Ferreira, L. Xavier, F. G. Carvalho (Orgs.). *História do Currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. (1a ed.) Rio de Janeiro: Quartet/Faperj.
- Fonseca, M. V. R. (2014a). *A disciplina acadêmica Didática Geral na Faculdade Nacional de Filosofia (1939-1968): arqueologia de um discurso*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Fonseca, M. V. R. (2014b). Regularidade discursiva/estabilidade curricular no discurso da disciplina acadêmica Didática Geral. *Anais do XVII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE)*. Fortaleza, CE, Brasil.
- Fonseca, M. V. R., Torres, M. X., Vilela, C. L., y Ferreira, M. S. (2013). Panorama da produção brasileira em história do currículo e das disciplinas acadêmicas e escolares (2000-2010): entre a História da Educação e a Sociologia do Currículo. *Revista Brasileira de História da Educação*, 13, 193-226.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber*. (8a ed.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gabriel, C. T., Ferreira, M. S., Monteiro, A. M. (2008). Democratização da universidade pública no Brasil: circularidades e subversões nas políticas de currículo. In A. C. Lopes, C. Leite, E. Macedo & M. L. Tura (Orgs.). *Políticas educativas e dinâmicas curriculares no Brasil e em Portugal*. (1a ed.) Petrópolis e Rio de Janeiro: DP et alii e Faperj.

- Goodson, I. F. (1990). Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria e Educação*, 2, 230-254.
- Goodson, I. F. (1995). *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis: Vozes.
- Goodson, I. F. (1997). *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa.
- Hobsbawm, E. (2002). Introdução: a invenção das tradições. In E. Hobsbawm & T. Ranger (Org.). *A invenção das tradições*. (3a ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Jaehn, L. (2011). *Conhecimento e poder na história do pensamento curricular brasileiro*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Jaehn, L. & Ferreira, M. S. (2012). Perspectivas para uma História do Currículo: as contribuições de Ivor Goodson e Thomas Popkewitz. *Currículo sem Fronteiras*, 12(3), 256-272.
- Lima, M. J. G. S. & Ferreira, M. S. (2010). Educação Ambiental na escola: investigando sentidos sobre interdisciplinaridade e disciplinarização nas políticas de currículo. In R. L. Bozelli, L. M. F. Santos, A. F. Lopes & C. F. B. Loureiro (Org.). *Curso de Formação de Educadores Ambientais: a experiência do Projeto Pólen*. (1a ed.) Macaé: Nupem/UFRJ.
- Lucas, M. C. (2014). *Formação de professores de Ciências e Biologia nas décadas de 1960/70: entre tradições e inovações curriculares*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Macedo, E. F. (1999). *Parâmetros Curriculares Nacionais: a fidelidade de seus temas transversais*. In A. F. B. Moreira (Org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas, SP: Papirus.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, 27(94), 47-69.
- Matos, M. C. (2013). *Sentidos de Educação Física escolar nos currículos de Pedagogia da UFRJ (1992-2008)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Matos, M. C. & Ferreira, M. S. (2012). Fixações de sentidos sobre Educação Física nos currículos de Pedagogia da UFRJ (1984-2008). *Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Campinas, SP, Brasil.
- Moreira, A. F. B. (1994). História do currículo: examinando contribuições e alternativas. *Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Goiânia, GO, Brasil.
- Oliveira, H. T. (2007). Educação Ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a questão?!. In S. S. Mello & R. Trajber (Orgs.). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. (1a ed.). Brasília: MEC/Unesco.
- Oliveira, C. S. (2009). *Educação Ambiental na escola: diálogos com as disciplinas escolares Ciências e Biologia*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Oliveira, C. S. & Ferreira, M. S. (2007). Educação Ambiental na escola: diálogos com as disciplinas escolares Ciências e Biologia. *Anais do IV Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental*. Rio Claro, SP, Brasil.
- Paiva, A. M. S. (2003). *O município de Armação dos Búzios e a educação: a escolar pública municipal na aldeia de Pescadores que se tornou município e polo internacional de turismo*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Popkewitz, T. S. (1994). História do Currículo, Regulação Social e Poder. In T. T. da Silva (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. (6a ed.) Petrópolis: Vozes.
- Popkewitz, T. S. (2001). *Lutando em defesa da alma: a política do ensino e a construção do professor*. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda.
- Roquette, D. A. G. (2011). *A retórica evolucionista no currículo de Biologia: investigando livros didáticos dos anos de 1960/70*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Santos, A. V. F. (2010). *Investigando a disciplina escolar Educação Ambiental em Armação dos Búzios, RJ: entre histórias e políticas de currículo*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Santos, L. L. C. P. (1990). História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. *Teoria e Educação*, 2, 21-29.
- Sobreira, S. (2012). *Disciplinarização da Música e produção de sentidos sobre Educação Musical: investigando o papel da ABEM no contexto da lei n. 11.769/2008*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Sobreira, S. (2013). A inserção da Música no currículo da Educação Básica: reflexões a partir da Lei n. 11769/2008. In M. S. Ferreira, L. Xavier, F. G. Carvalho (Orgs.). *História do Currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. (1a ed.) Rio de Janeiro: Quartet/Faperj.
- Terreri, L. (2008). *Políticas curriculares para a formação de professores em Ciências Biológicas: investigando sentidos de prática*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Terreri, L., Ferreira, M. S. (2013). Políticas curriculares para a formação de professores: sentidos de teoria e prática

- nas Ciências Biológicas. *Revista de Educação Publica (UFMT)*, 22, 999-1020.
- Torres, M. X. (2009). *Sentidos de Prática na Formação de Professores: Investigando a Reforma Curricular da Licenciatura em História da FAFIC, nos anos 2000*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Valla, D. F. (2011). *Currículo de Ciências (1950/70): influências do professor Ayrton Gonçalves da Silva na comunidade disciplinar e na experimentação didática*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Valla, D. F. (2013). Influências do professor Ayrton Gonçalves da Silva na comunidade disciplinar do ensino de Ciências nas décadas de 1950-70. In M. S. Ferreira, L. Xavier, F. G. Carvalho (Orgs.). *História do Currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. (1a ed.) Rio de Janeiro: Quartet/Faperj.
- Viana, G. M., Munford, D., Ferreira, M. S., Moro, L. (2012). Relações entre teoria e prática na formação de professores: investigando práticas sociais em disciplina acadêmica de um curso nas ciências biológicas. *Educação em Revista (UFMG. Impresso)*, 28, 17-49.
- Viana, G. M., Munford, D., Ferreira, M. S., Moro, L. (2013). Construindo sentidos de relações teoria-prática na formação de professores de Ciências da Natureza e Biologia. *Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Águas de Lindóia, SP, Brasil.
- Viana, G. M. (2014). *Construções de relações teoria-prática na formação de professores de Ciências e Biologia*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Viana, G. M. & Munford, D. (2014). A Construção Discursiva de relações teoria-prática na formação de professores de Ciências. *Anais do XVII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE)*. Fortaleza, CE, Brasil.
- Vilela, C. L. (2013a). *Currículo de Geografia: analisando o conhecimento escolar como discurso*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Vilela, C. L. (2013b). Conhecimento escolar como discurso: analisando o Guia dos Livros Didáticos de Geografia do PNLD 2011. In M. S. Ferreira, L. Xavier, F. G. Carvalho (Orgs.). *História do Currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. (1a ed.) Rio de Janeiro: Quartet/Faperj.